

SIGILO E TRANSPARÊNCIA SEGUNDO LULA E BOLSONARO: ANÁLISE DE DISCURSO EM POSTAGENS DO TWITTER DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2022 ¹

SECURITY AND TRANSPARENCY ACCORDING TO LULA AND BOLSONARO: SPEECH ANALYSIS IN TWITTER POSTS DURING THE 2022 ELECTIONS

Taís Seibt ²
Sérgio Roberto Trein ³
Carolina Timm ⁴
Juliana Coin ⁵

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral compreender os sentidos produzidos sobre as expressões “transparência” e “sigilo” no discurso dos dois principais candidatos à Presidência da República do Brasil, Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em seus perfis oficiais no Twitter durante a campanha eleitoral de 2022. A discussão sobre transparência pública governamental ganhou força na disputa eleitoral em função da citação a sigilos excepcionais impostos no governo Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2022. Para o estudo, foram coletados dados, utilizando a API do Twitter, dos perfis de Lula e Bolsonaro contendo as palavras “sigilo” e “transparência” no período de 16 de agosto, início da propaganda eleitoral, a 2 de outubro de 2022, dia da eleição em primeiro turno. A partir dos dados coletados, totalizando 15 citações, foi conduzida a análise de sentidos sobre “sigilo” e “transparência” presentes nas postagens dos dois candidatos, utilizando a metodologia de Análise de Discurso de linha francesa. Como resultados-chave, temos que os sentidos atribuídos por Bolsonaro se revelam mais pelos não-ditos, enquanto Lula apropria o “sigilo de 100 anos” com mais frequência para desqualificar o adversário.

Palavras-Chave: Sigilo. Transparência. Sentido discursivo.

Abstract: This paper has the general objective of understanding the meanings produced about the expressions “transparency” and “secrecy” in the speech of the two main candidates for the Presidency of the Republic of

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Propaganda e Comunicação Eleitoral da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Doutora em Comunicação, tseibt@unisinos.br.

³ Universidade Federal de Roraima, Doutor em Comunicação, sergiotrein@gmail.com.

⁴ Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Especialista em Comunicação, emaildacarolinatimm@gmail.com.

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestranda, juliana.ccoin@gmail.com.

Brazil, Jair Bolsonaro (PL) and Luiz Inácio Lula da Silva (PT), on their official Twitter profiles during the 2022 election campaign. The discussion on government public transparency gained strength in the electoral dispute due to the mention of exceptional secrecy imposed on the Bolsonaro government during the 2022 presidential campaign. Using the Twitter API, we collected posts by Lula and Bolsonaro containing the words “secrecy” and “transparency” in the period from August 16, the beginning of electoral propaganda, to October 2, 2022, the day of the first round election. Based on the data collected, with 15 citations, an analysis of the meanings of “secrecy” and “transparency” present in the posts of the two candidates was carried out, using the French Speech Analysis methodology. As key results, we have that the meanings attributed by Bolsonaro are revealed more by the unsaid, while Lula appropriates the “100-year secrecy” more frequently to disqualify his opponent.

Keywords: *Secrecy. Transparency. Speech analysis.*

1. Introdução

Durante os debates eleitorais realizados pelas emissoras de televisão brasileiras em 2022, com a participação do então presidente Jair Bolsonaro, que concorria à reeleição pelo Partido Liberal (PL), e do candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, que acabou eleito presidente e assumiu o cargo em janeiro de 2023, foi recorrente a citação ao chamado “sigilo de 100 anos”. Isso se deu em função de negativas recorrentes de acesso a dados públicos, no governo Bolsonaro, sob a alegação, muitas vezes indevida, de que se tratava de informação pessoal.

Conforme a Lei de Acesso à Informação (LAI)⁶, informações pessoais de cidadãos são resguardadas por sigilo de 100 anos, porém o mesmo dispositivo não pode ser utilizado para proteger dados de agentes públicos no exercício de suas funções. A repercussão do uso indevido do sigilo para impedir a publicação de assuntos de interesse de Bolsonaro, seus familiares e aliados políticos, como dados de acesso de seus filhos ao Palácio do Planalto, cartão de vacinação do presidente, sindicância contra o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello e muitos outros (ANGELO, 2022), colocou a transparência de informações públicas entre os assuntos

⁶ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

da campanha. Segundo o site Transparência Brasil (2022), o governo Bolsonaro teve 1.108 sigilos de 100 anos entre 2019 e 2022. Sendo que 80% destes casos contrariam a LAI, na avaliação da organização. Mesmo com pedidos de acesso às informações, por se tratarem de sigilos irregulares, houve 413 negativas de solicitações aos dados.

Em um ambiente político-eleitoral altamente polarizado, observar e tensionar os sentidos produzidos por porta-vozes influenciadores do debate, no caso, os próprios candidatos, sobre temas efervescentes, torna-se necessário para compreender o impacto desses discursos no eleitorado e no sistema político de modo geral, visto que políticos obtêm grande engajamento em seus canais em plataformas de rede social (RECUERO, 2021). Cada candidato ou influenciador político acaba atribuindo sentidos particulares a temas em discussão para ganhar a simpatia de seus seguidores e conquistar visibilidade no espaço público midiático. Contudo, tais sentidos podem tanto reforçar quanto distorcer a compreensão sobre o que está sendo dito e, assim, colaborar para a desinformação eleitoral.

Em nosso estudo, associamos a compreensão sobre o fenômeno da desinformação (WARDLE; DERAHSHAN, 2017) e o princípio da transparência governamental (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2015; MARQUES, 2016), pois entendemos que o acesso à informação é imperativo para confrontar dados de fontes oficiais e, com isso, desfazer enganos no discurso público. A relação entre esses conceitos no contexto contemporâneo é trabalhada na fundamentação teórica do artigo, sob a perspectiva da confiança na gestão pública.

Para o estudo empírico, foram coletados dados, utilizando a API do Twitter, dos perfis de Lula e Bolsonaro contendo as palavras “sigilo” e “transparência” no período de 16 de agosto, início da propaganda eleitoral, a 2 de outubro de 2022, dia da eleição em primeiro turno. A partir dos dados coletados, totalizando 15 citações, conduzimos a análise de sentidos sobre “sigilo” e “transparência” presentes nas postagens dos dois candidatos, utilizando a metodologia de Análise de Discurso de linha francesa. Identificamos formações discursivas recorrentes e tensionamos os sentidos que elas produzem no debate público eleitoral. Também buscamos posicionar as menções a cada termo por cada candidato ao longo do tempo, visando contextualizar as citações na discussão eleitoral.

A partir desse desenho, o artigo permite descrever a relevância dada a esse tema pelos candidatos na campanha, identificar as intenções discursivas nas diferentes situações em que os termos são citados, e problematizar as divergências e convergências discursivas em torno do assunto nas manifestações dos candidatos de diferentes espectros político-ideológicos na disputa presidencial de 2022.

2. Conceitos de confiança e *accountability* na gestão pública

De acordo com Moisés (2005), o conceito de confiança ganhou um uso bastante amplo nas ciências sociais, desde o final da década de 1990. Em sua origem, prossegue o autor, as pesquisas sobre confiança desenvolveram-se primeiramente na área da psicologia social. Os estudos tinham como foco a confiança interpessoal generalizada e relacionada a traços de personalidade dos indivíduos, tais como a predisposição para o convívio social e a relação entre mães e filhos. Mais tarde, a adoção do conceito por outros campos do conhecimento levou a uma diversificação de definições. Especificamente no campo político, o conceito tem sido utilizado pelas teorias da cultura política e de capital social (MOISÉS, 2005).

Mesmo com a expansão do conceito em outras áreas do conhecimento e sua tentativa de compreensão, a forma mais usual da confiança ainda é como um fenômeno particularizado. Ou seja, relativo à experiência interpessoal de indivíduos pertencentes a grupos ou comunidades específicas como famílias, etnias, religiões, associações profissionais, entre outras (MOISÉS, 2005). Porém, é em sociedades mais complexas, modernas e diferenciadas que o conceito assume uma relevância maior, pois trata-se de um fenômeno generalizado. Neste caso, como afirma o autor, “a confiança social estende os seus efeitos não apenas a amigos ou conhecidos integrantes de grupos específicos, mas a estranhos que, na condição de cidadãos, integram a comunidade política” (MOISÉS, 2005, p. 40).

No sistema representativo, como o brasileiro, por exemplo, em que as pessoas escolhem seus candidatos a vereador, deputados estadual ou federal, senador, prefeito, governador e presidente da República, a confiança social é

fundamental. Via de regra, a população não conhece pessoalmente os seus representantes. Por outro lado, inclusive com base no que prevê a legislação, os eleitos devem cumprir um papel de transparência e prestação de contas de suas gestões. Se isso não for cumprido, conforme Moisés (2005), considerando as orientações normativas, as expectativas e as experiências anteriores, os cidadãos podem perceber as instituições como algo diferente - senão até oposto - de suas funções originais. Nessas condições, o desrespeito aos direitos de cidadania gera suspeição, descrédito e desesperança no poder público. Ou seja, não apenas a falta de confiança, mas a total desconfiança nas gestões e nas administrações públicas.

Por isso o conceito de *accountability*. Segundo Barlev (2006), a origem do termo estaria relacionada à forma como a contabilidade alcançou um alto nível de sofisticação na antiga Mesopotâmia e no antigo Egito. Esses sistemas de governo, altamente desenvolvidos, levaram o ser humano a dimensões tipos de *accountability*: de um indivíduo para o outro; de um indivíduo para o Estado; e do Estado para a sociedade. Avançando da Antiguidade para o fim da Idade Média, de acordo com Bessette (2004), a partir da Revolução Francesa houve uma modernização no conceito de *accountability*, em função das teorias que fortaleciam o surgimento do estado democrático. A responsabilidade do governante passou a ser, então, a de responder pelos atos administrativos no momento em que esse aceita o encargo de administrar o poder público. Como complementa Bessette (2004), a prática é conhecida como *accountability* vertical. A direção horizontal também está presente no setor público, ainda conforme o autor, na relação harmônica entre os Três Poderes, que prestam contas entre si.

Na opinião de Pederiva (1998), o estudo da *accountability* no setor público vincula-se, principalmente, ao conhecimento das informações relevantes para a tomada de decisões - como as eleições, por exemplo. Além disso, cabe ao governo democrático ser passível de fiscalização para que possa assegurar a integridade, o desempenho e a representatividade. Silva (2009) ainda reforça a ideia, afirmando que a contabilidade pública não pode se limitar a produzir contas apenas com a finalidade de atender um requisito formal. Para o autor, as informações decorrentes dessa

contabilidade pública devem prover conteúdos úteis para o processo decisório e, também, assegurar a transparência nas organizações públicas.

Para aumentar e melhorar a transparência na gestão administrativa, em aspectos como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, a Constituição Federal⁷ foi complementada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), com o objetivo de dar maior impulso à transparência. Basicamente, a intenção foi a de fornecer de maneira programática a publicidade de atos públicos em meios eletrônicos de acesso geral. Quanto mais informação os governos divulguem nos websites de fontes confiáveis, maiores as possibilidades de que a imagem dos administradores públicos se torne positiva. E por pelo menos dois caminhos: o melhoramento do diálogo entre governantes e governados; mais pessoas passam a monitorar as ações governamentais.

Outros mecanismos regulatórios foram criados nos últimos anos para garantir a divulgação de dados públicos, inclusive obrigando a publicação dessas informações via internet, sendo a principal delas a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que abrange não só dados orçamentários, mas também pedidos mais genéricos sobre assuntos de competência do poder público. Com isso, as ferramentas de *accountability* tanto podem ser exercidas por um indivíduo independentemente ou por organizações da sociedade civil, que representam grupos de pessoas organizadas em prol de um objetivo comum. Há transparência, afinal, "(...) quando sujeitos independentes do agente ou dos agentes públicos que praticaram determinada ação têm acesso à informação necessária para saberem, pelo menos, que ato foi praticado, por quem e com qual escopo" (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2015, p. 7).

Dessa forma, a transparência surge como princípio fundamental da democracia, em especial a democracia representativa, pois ela depende que decisões não sejam tomadas sem segredo. A ideia básica de transparência na democracia representativa indica que os cidadãos terão mais ferramentas para aferir a qualidade

⁷ O artigo V da Constituição assegura que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" (BRASIL, 1988, Artigo 5º, inciso XXXIII).

dos eleitos, e também mais capacidade de escolher seus representantes, se tiverem conhecimento dos atos de seus governantes.

Isso só comprova o que já mencionamos anteriormente, de que a ausência de transparência acaba alimentando a desconfiança social - e a desinformação. Não cabe, no escopo deste artigo, a discussão pormenorizada das disputas conceituais em torno de termos como "fake news", "pós-verdade" e "desinformação". Temos trabalhado com a referência de desinformação ou desordem informacional segundo Wardle e Derakhshan (2017), que propõem escapar do esvaziamento político do termo "fake news", frequentemente utilizado por políticos para contrapor discursos que lhes desfavorecem. Os autores propõem três tipificações: *misinformation* (informação errada), quando dados falsos são compartilhados sem a intenção de causar dano; *disinformation* (informação fraudulenta), quando dados falsos são compartilhados conscientemente para causar danos; *malinformation* (informação mal-intencionada), quando informação genuína é compartilhada para causar dano, sendo frequentemente relativa a vazamento de dados pessoais ou íntimos.

Na sociedade plataformizada, é preciso adicionar a essa compreensão uma perspectiva cibernética, conforme Cesarino (2022), já que a desinformação não remete a itens isolados de informação falsa: "Ela é todo um ambiente que é produzido e entregue de forma personalizada pelos algoritmos a cada usuário" (CESARINO, 2022, p. 245). É por esses agenciamentos que os sentidos produzidos por influenciadores políticos em plataformas digitais precisam ser observados com atenção. Sentidos distorcidos - desinformativos - que se disseminam de forma viral e geram grande engajamento podem deteriorar a compreensão de princípios democráticos, como é o caso da transparência pública, e da confiança na gestão pública de modo mais amplo.

Preservar informações pessoais de cidadãos, como determina a Lei de Acesso à Informação, parece algo bastante natural. Porém, quando se trata de servidores e autoridades públicas, o escrutínio social de seus atos e decisões é um fator decisivo no combate à corrupção, por exemplo. No que se refere ao presidente da República, é compreensível que informações pessoais que coloquem em risco a

segurança nacional precisam ser resguardadas. Porém, 1.108 sigilos de 100 anos⁸ chama atenção.

A repercussão desse debate, e as manifestações públicas do então presidente Bolsonaro, que chegou a ironizar sobre o tema no Twitter, em resposta ao questionamento de um cidadão, ao dizer que “em 100 anos saberá” (G1, 2022), pressionaram até mesmo o novo governo Lula a colocar entre suas prioridades para os primeiros 100 dias no poder a abertura de dados retidos no governo anterior (COSTA, 2023). É esse o contexto que nos leva a observar o que Lula e Bolsonaro entendem por transparência.

3. Os sentidos do ponto de vista metodológico

De acordo com Charaudeau (2008, p. 7), “a linguagem é um poder, talvez o primeiro poder do homem”. Por meio deste poder, os homens constroem a linguagem, que a moldam através de suas trocas e seus contatos ao longo da história dos povos. Sendo assim, a linguagem seria, portanto, um fenômeno complexo que não se reduz ao simples manejo das regras de gramática e das palavras de dicionário; seria muito mais uma encenação da vida social (CHARAUDEAU, 2008). Devido a esta característica, a linguagem torna-se um instrumento de comunicação que está sempre em atividade, seja nas relações cotidianas ou coloquiais, seja nas interações institucionais ou formais (MANHÃES, 2005).

Em outras palavras, o discurso é a linguagem em movimento. Em função dessa percepção, para estudar a linguagem, mais do que o sistema de regras formais da

⁸ Embora a imprensa tenha naturalizado o uso da expressão “impor sigilo de 100 anos” na cobertura sobre o tema, preferimos fazer uma ressalva técnica a essa interpretação. A Lei de Acesso à Informação prevê três níveis de sigilo, com prazos de cinco, 15 e 25 anos, os quais dependem da classificação dos documentos por uma alta autoridade, mediante um Termo de Classificação de Informação (TCI). Já a negativa de acesso com base no artigo 31 da LAI (informação pessoal) ocorre em nível administrativo, ou seja, o servidor público encarregado de responder ao pedido de informação decide não conceder os dados por entender que se trata de informação pessoal, resguardada por 100 anos. Na prática, não há um rito formal padronizado para esse tipo de situação (WIKILAI, s/d, online). Disponível em: https://wikilai.fiquemsabendo.com.br/wiki/Documentos_secretos

Linguística ou as normas de bem-dizer da Gramática, surgiu a Análise de Discurso (AD), que, de acordo com Orlandi (2000, p. 15):

[...] a Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem; com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Na Análise de Discurso, reforça a autora, procura-se compreender a língua fazendo sentido, do ponto de vista simbólico. Porém, não como um sistema abstrato, mas através de maneiras de significar, considerando que a produção de sentidos faz parte da vida do homem, seja ele como um sujeito isolado ou como membro de uma comunidade. Por isso, a Análise de Discurso leva em conta, também, as condições de produção da linguagem e os contextos em que se produz esse dizer. Ou seja, relaciona a linguagem a sua exterioridade, como afirma Orlandi (2000). E, nesta exterioridade, estão tanto aspectos ideológicos, bem como sociais, que vão influenciar a formação do discurso e as estratégias discursivas utilizadas.

As estratégias discursivas são operações de linguagem utilizadas para produzir efeitos de sentido. Conforme Charaudeau (2006, p. 218), “o termo estratégia vem da arte de conduzir as operações de um exército sobre um campo de ação”. No discurso, este exército são as palavras. Na perspectiva da Análise do Discurso, é sabido e tornou-se comum afirmar que não existe discurso autônomo: todo discurso remete necessariamente a outros. Ou seja, segundo Foucault (1997), o discurso é uma prática que relaciona a língua com “outras práticas” no campo social. Sendo assim, as palavras podem veicular diferentes sentidos, dependendo da posição ideológica que ocupa este sujeito que fala. Esses sentidos, por sua vez, derivam de uma formação discursiva, que se constitui na instância material das formações ideológicas.

Um dos primeiros estudiosos a se dedicar ao conceito de Formação Discursiva (FD) foi Foucault (1997). Para o autor, ela se estabelece a partir de determinadas regularidades, do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. Nestas condições, portanto, o discurso é constituído por um conjunto

de enunciados que provém do mesmo sistema de FD. Em resumo, um enunciado pertence a uma FD como uma frase pertence a um texto. Num primeiro momento da Análise do Discurso, Pêcheux (1995, p. 312) considerou que uma FD se tratasse de “um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas num espaço discursivo, dominado por condições de produção estáveis e homogêneas”. Mais tarde, o autor percebeu a FD de outra forma, relacionando-a com as noções de sentido e de sujeito do discurso como abertas, mutáveis. Nesta maneira de enxergar a Formação Discursiva, compreende-se que as palavras mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que a empregam. Isso ocorre, ainda segundo o autor, porque a Formação Discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Orlandi (2000) complementa a partir do ponto de vista da Análise do Discurso, que a mera repetição (paráfrase) já significa diferentemente, pois introduz uma modificação no processo discursivo. Conforme a autora, quando alguém diz a mesma coisa duas vezes, há um efeito de sentido diferente a cada realização, pois se tratam de dois acontecimentos diferentes. Da mesma maneira que duas palavras diferentes também podem reafirmar um mesmo sentido.

Por isso, como afirma Benetti (2007), para analisar um texto, é preciso primeiro identificar as FDs nele presentes, pois cada FD é uma espécie de região de sentidos. Por isso, prossegue a autora, o trabalho do analista é identificar e reunir trechos do texto — chamados de Sequências Discursivas (SD) — em torno de sentidos nucleares. Cada um desses núcleos de sentido forma uma FD e existem tantas formações discursivas e quantos sentidos nucleares pudermos encontrar em um texto (BENETTI, 2007). Cabe ao analista, finaliza a autora, localizar as marcas discursivas do sentido rastreado, as repetições de sentidos, que possibilitarão a identificação das FDs.

Exatamente isso é o que foi realizado nesta pesquisa. Foram coletados tuítes dos perfis oficiais dos dois principais candidatos à presidência no Brasil, sendo eles Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT), entre os dias 16 de agosto e 2 de outubro de 2022, compreendendo o período de primeiro turno das eleições brasileiras. Através da

ferramenta de busca avançada do próprio *site* de rede social, foram pesquisadas as palavras “sigilo” e “transparência”. Após a coleta de dados, identificamos as formações discursivas relacionadas aos termos monitorados, e, dentro delas, as sequências discursivas que davam sentido à formação discursiva em análise.

4. Sigilo e transparência nos tuítes de Lula e Bolsonaro

Além das negativas recorrentes de acesso a dados públicos, no governo Bolsonaro, alegando que se tratava de informação pessoal, outros dois elementos presentes no contexto eleitoral deram relevo à utilização dos termos sigilo e transparência. É importante lembrar que o último governo petista na Presidência da República terminou sob fortes acusações de corrupção, praticadas, em especial, na empresa Petrobras. Foi, inclusive, deflagrada a Operação Lava-Jato, comandada pelo ex-juiz Sérgio Moro. As investigações decorrentes da Operação culminaram na prisão de diversas pessoas, muitas ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Mas, certamente, o maior impacto dessas prisões foi em relação ao ex-presidente Lula, que passou quase 600 dias preso, na Polícia Federal de Curitiba.

Lula foi solto após uma revisão no processo, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), e sua pena foi suspensa em função de irregularidades no processo da Lava-Jato. Mesmo assim, Lula acabou constantemente sendo chamado de ladrão por parte de seus adversários. Nos debates eleitorais, Jair Bolsonaro, insistentemente, se referia a Lula como ex-presidiário. E, já na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro afirmava que seu governo seria honesto, combateria a corrupção e toda e qualquer irregularidade. Mesmo depois de eleito, em sua gestão, Bolsonaro disse diversas vezes que o seu governo tinha acabado com a corrupção.

Porém, o fato de que Bolsonaro nunca revelou se tinha ou não se vacinado contra a Covid-19 e a quantidade de sigilos de 100 anos identificada em seu governo, acabaram servindo de munição para Lula na disputa eleitoral. De maneira mais específica, estes fatores foram utilizados como uma estratégia de triangulação, como

define Morris (2004). A estratégia, como propõe o autor, consiste em pegar um detalhe do adversário para resolver um problema seu. Ou seja, no caso da eleição envolvendo Lula e Bolsonaro, os tais sigilos poderiam representar algo que Bolsonaro estaria escondendo. Desta forma, o verdadeiro vilão não seria mais Lula e, sim, Bolsonaro. Tanto é assim que, nos debates e nos programas eleitorais de rádio e TV, Lula começou a afirmar que Bolsonaro mentia.

Como já foi referido, para o estudo, foram coletados dados, utilizando a API do Twitter, dos perfis de Lula e Bolsonaro contendo as palavras "sigilo" e "transparência" no período de 16 de agosto, início da propaganda eleitoral, a 2 de outubro de 2022, dia da eleição em primeiro turno. Em relação ao termo "transparência", foram dois tuítes de Bolsonaro, nos dias 8 e 19 de setembro; e dois de Lula, nos dias 25 de agosto e 12 de setembro. As postagens continham as seguintes informações:

Twitter de Bolsonaro:

- "O plano econômico do Governo Federal tem diretrizes inequívocas: economia aberta, menos impostos, maior eficiência e transparência do gasto público, banco central independente, desestatizações...".
- "Zero escândalos de corrupção; recorde redução de impostos e de queda nos preços; recordes de apreensão de drogas; recorde de eficiência, transparência e resultados".

Twitter de Lula:

- "Durante 5 anos eu fui massacrado e estou tendo hoje a primeira oportunidade de falar disso ao vivo com o povo brasileiro. A corrupção só aparece quando você permite que ela seja investigada. No meu governo criamos o portal da transparência e a lei anticorrupção. #LulaNoJN".
- "Tem dois jeitos para fingir que não tem corrupção: fazer sigilo de 100 anos para tudo ou jogar a corrupção para baixo do tapete. Nós escancaramos as informações com o Portal de Acesso à Informação, Portal da Transparência. Nada ficava sem investigar. #LulaNaCNN".

Mesmo com apenas duas postagens de cada candidato, de acordo com Orlandi (2000, p. 62), é possível fazer uma análise, pois a Análise do Discurso "não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão". Segundo a autora, o texto é a unidade que o analista tem diante de si. Ele é inesgotável. E, além disso, é importante considerar que todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Neste caso específico, tanto as postagens de Bolsonaro como de Lula possuem a mesma Formação Discursiva: a transparência. A diferença está nos sentidos discursivos. Para Bolsonaro, um dos sentidos discursivos de transparência é a forma de lidar com as questões econômicas. Na outra postagem, o sentido discursivo de transparência acaba sendo a eficiência. Por se tratar de uma gestão que buscava a reeleição, é bastante natural tentar os resultados do governo.

Já nas postagens de Lula, cuja Formação Discursiva também é a transparência, os sentidos discursivos dos dois tuítes remetem ao mesmo tema: o combate à corrupção. Uma das postagens enfatizando a criação do Portal da Transparência e da Lei Anticorrupção, logo no início da propaganda eleitoral, para tentar minimizar possíveis efeitos das irregularidades cometidas nos governos petistas. E a outra procurando mostrar a transparência durante o governo do PT e a forma nada transparente do governo Bolsonaro e seus sigilos de 100 anos.

Passando ao termo sigilo, verificou-se uma questão interessante. Ao longo da campanha eleitoral, não houve nenhuma postagem de Bolsonaro com este termo. Na verdade, segundo Orlandi (2000), trata-se dos não-ditos. O silêncio, como afirma a autora, significa algo em si mesmo, embora possa tornar a sua relação com a linguagem verbal mais complexa. Para a Análise de Discurso, o silêncio jamais é a ausência de discursos. Diferente de sua concepção inicial negativa, conforme Orlandi (2000), o silêncio tem as suas formas próprias de significar. Não se apresenta como a falta, mas como um horizonte, um lugar que permite à linguagem significar. Ainda para a autora, assim como ocorre entre as notas musicais, o silêncio também é um acontecimento essencial das palavras e da significação. Como ressalta Orlandi (2000), não se pode não significar. O sentido está sempre lá. E o sujeito se apoia no silenciamento como uma política do sentido. Há um objetivo claro, segundo a autora,

de promover um deslocamento com o silêncio. Parece ser esse o sentido pretendido por Bolsonaro, ao não mencionar o termo sigilo.

Por outro lado, Lula fez 11 postagens sobre o tema, como pode ser visto a seguir:

- a) "O que explica um sigilo de 100 anos para o ministro da Saúde que agiu de forma totalmente irresponsável? O que explica um presidente brincar com uma doença que matou 680 mil pessoas? #LulanaBand #DebateNaBand".
- b) "O atual presidente não exigiu a investigação do Queiroz, dos filhos ou das denúncias da CPI contra o Pazuello. Ele não só coloca a sujeira embaixo do tapete como transforma em sigilo de 100 anos".
- c) "Nós fizemos o cartão corporativo ser transparente, e agora o cartão corporativo do presidente tem sigilo de 100 anos".
- d) "Qualquer coisa é sigilo de 100 anos. Se eu ganhar vou acabar com esse sigilo. Isso tem que ser investigado. Se ele for honesto como diz, não deve temer".
- e) "Tem dois jeitos para fingir que não tem corrupção: fazer sigilo de 100 anos para tudo ou jogar a corrupção para baixo do tapete. Nós escancaramos as informações com o Portal de Acesso à Informação, Portal da Transparência. Nada ficava sem investigar. #LulanaCNN".
- f) "Bolsonaro zombou da vacina, da falta de ar. Criou um orçamento secreto. O PT, ao contrário, criou aqui em Porto Alegre o orçamento participativo. Agora ele me ofende na televisão, mas não fui eu que comprei 51 imóveis, muitos à vista, nem fiz decreto de sigilo. #LulanoRS".
- g) "Será que o Bolsonaro também vai querer colocar sigilo de 100 anos na matéria do UOL sobre compra de imóveis em dinheiro vivo?".
- h) "Quer saber por que alguém decreta sigilo de 100 anos sobre qualquer coisa. Acho que a sociedade tem que saber o que Bolsonaro quer esconder sobre os filhos, ou sobre os gastos do cartão de crédito".

- i) “No primeiro dia de governo nós vamos fazer um decreto para acabar com o sigilo de 100 anos. O povo deve ver o que estão escondendo. #BrasilDaEsperança”.
- j) “Chega de desvio de recursos dos medicamentos, do combate à violência contra as mulheres, do tratamento para o câncer e da merenda das crianças, para alimentar o orçamento secreto do Centrão. Não haverá sigilo nas contas públicas. #BrasilDaEsperança”.

Temos, nas postagens de Lula, a Formação Discursiva Sigilo. Porém, com sentidos discursivos diferentes, pois, como referiu Orlandi (2000), quando alguém diz a mesma coisa mais de uma vez, podem haver efeitos de sentido diferentes a cada realização, pois se tratam de acontecimentos diferentes. Nas postagens relatadas acima, temos dois sentidos discursivos diferentes na mesma formação discursiva sobre o sigilo. É importante salientar também que, para a Análise de Discurso, um mesmo discurso pode apresentar sentidos diferentes, por causa de seus sentidos nucleares. Isso ocorre na postagem “f”, que aborda três assuntos diferentes.

Nas postagens com a #sigilo, encontramos primeiramente o sentido discursivo saúde nos itens “a” e “f”. Em ambas, as abordagens estão relacionadas à Covid-19. Na primeira, por meio de duas perguntas, sobre as quais não deveria haver nenhum sigilo quanto às respostas. E, no item “f”, há uma crítica clara a Bolsonaro e sua gestão, pela demora na compra das vacinas contra o vírus. Ou seja, por se tratar de uma pandemia, em que morreram muitas vítimas, e sendo a saúde um tema fundamental para a vida do país, não caberia uma atitude de sigilo por parte de um governante. E, sim, uma necessária prestação de contas, como sugere o conceito de *accountability*.

O segundo sentido discursivo encontrado nas postagens refere-se à corrupção, presente nos itens “b”, “e”, “f”, “g” e “j”. Neles, claramente, há um discurso objetivo no sentido de questionar o governo Bolsonaro e algumas de suas práticas. É o tema que mais apareceu nas postagens desta formação discursiva. E onde mais vemos presente, também, a estratégia da triangulação, definida por Morris (2004). De ex-acusado e chamado de ex-presidiário por Bolsonaro nos debates eleitorais, Lula, por meio de suas postagens, utiliza a estratégia para acusar o então presidente e

atribuir a ele essa condição de corrupto. A estratégia ganha força justamente pela quantidade de sigilos impostos por Bolsonaro.

Da mesma forma que o sentido discursivo anterior, a questão da corrupção é fundamental à transparência e à prestação de contas de um governo. Como vimos, o próprio conceito de *accountability*, tanto na antiga Mesopotâmia como no antigo Egito, surge como essa necessidade de se prestar contas à sociedade. E torna-se esse princípio fundamental da democracia, em especial da democracia representativa, para que as decisões sejam tomadas sem nenhum segredo, o que contribui para coibir práticas de corrupção.

Conforme Orlandi (2000), palavras diferentes podem reafirmar um mesmo sentido. E é justamente isso o que ocorre nas demais postagens. Nos itens "c" e "h" há menções quanto ao cartão corporativo da presidência; ao próprio sigilo de 100 anos, nos itens "d" e "i"; e ao orçamento secreto⁹, no item "f". Mesmo sendo palavras e termos diferentes, os sentidos nucleares são os mesmos. Ou seja, dizem respeito à transparência, à lisura e a possíveis atos de corrupção por parte do governo Bolsonaro. Por meio desses sentidos discursivos, Lula utiliza também a estratégia de desqualificação do governo Bolsonaro.

5. Considerações finais

Após realizar a análise de sentidos das publicações de Lula e Bolsonaro no Twitter sobre sigilo e transparência no debate eleitoral, o que mais chama atenção é o silêncio - o não dito - por Bolsonaro. Como demonstrou nosso *corpus* de análise, o discurso de Bolsonaro sobre sigilo foi inexistente. Ele mesmo que, meses antes da campanha, usou a mesma rede social para ironizar a postagem de um eleitor, como já citado anteriormente - em 100 anos saberá. De outra parte, a campanha de Lula apropriou essa mesma expressão para desqualificar o adversário. Chama atenção que, das 10 publicações com a palavra sigilo no Twitter de Lula, oito utilizam a

⁹ Ficou conhecida como orçamento secreto a prática legislativa de liberar verbas públicas para projetos escolhidos por parlamentares sem que os mesmos sejam identificados, ou seja, não há transparência sobre o valor destinado a cada parlamentar por meio de emendas do relator.

expressão “sigilo de 100 anos”, as exceções são os itens “f” e “j”. Ora, se tudo está sendo feito “dentro das quatro linhas da Constituição”, não há nada a esconder. Esse é o sentido de transparência e *accountability* na democracia representativa.

No que se refere à desinformação, ao deixar de dizer sobre um tema ou de apresentar provas de sua lisura como governante, nos casos em que optou pelo sigilo de 100 anos, o ex-presidente Bolsonaro deixa brechas na opinião pública. São essas brechas que alimentam a desinformação, pois podem facilmente ser preenchidas por mensagens distorcidas, maliciosas ou mentirosas no debate público, em especial nas plataformas de rede social com ampla viralização e engajamento. Ao apropriar em seu discurso o sentido de desqualificação pelo uso do termo “sigilo de 100 anos”, Lula colabora para a mobilização política em torno do tema, podendo até promover a desinformação em alguma medida.

Evidenciar a mudança discursiva em relação a Bolsonaro e tensionar o uso político do não discurso do adversário na campanha de Lula é uma das contribuições deste estudo. Demonstramos que a estratégia das duas candidaturas em suas manifestações públicas sobre sigilo e transparência foram opostas, o que pode indicar a própria oposição dos espectros político-ideológico que parte a parte representa. Ao redor do mundo e historicamente, governos de extrema direita são menos afeitos à transparência, princípio inegociável na democracia. É o que também notamos em nossa análise.

Referências

ANGELO, Tiago. **Relembre casos em que o governo decretou sigilo de 100 anos**. Publicado em 15 abr. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-casos-em-que-o-governo-decretou-sigilo-de-100-anos/>

BARLEV, Benzion. **A biblical statement of accountability**. Accounting History, v.11, n.2, p.173-197, 2006.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BESSETTE, J. M. Accountability: political. In: SMELSER, Neil J., BALTES, Paul B. (Ed.). **International encyclopedia of the social & behavioral sciences**. Amsterdam: Elsevier, 2001. p. 38-41

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: em defesa das regras do jogo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 03/08/2020. Acesso em 22 nov. 2022.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: Verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Linguagem e discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, Kariane. **Novo ministro de Lula vai rever sigilos de 100 anos**. Publicado em 4 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-01/novo-ministro-da-cgu-vai-rever-sigilo-de-100-anos>

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

G1. **“Em 100 anos saberá”, responde Bolsonaro sobre motivo de sigilo para “assuntos polêmicos”**. Publicado em 13 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/13/em-100-anos-sabera-responde-bolsonaro-sobre-motivo-de-sigilo-para-assuntos-polemicos.ghtml>

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini; ALMADA, Maria Paula. **Novos desafios para a ideia de transparência pública**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Democracia” do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015.

MANHÃES, Eduardo. Análise de discurso. In.: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 305-315.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **Ciberpolítica**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, vol. XI, n. 1, mar. 2005, p. 33-63.

MORRIS, Dick. **Jogos de poder**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PEDERIVA, João Henrique. **Accountability, constituição e contabilidade**. Revista de Informação Legislativa, v. 35, n. 140, p. 17-39, out./dez. 1998.

RECUERO, Raquel et al. **Desinformação, Mídia Social e Covid-19 no Brasil: Relatório, resultados e estratégias de combate**. Relatório de Pesquisa. 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/midiars/2021/05/17/desinformacao-sobre-covid-19-na-midia-social-brasileira-laboratorio-midiars-divulga-relatorio-de-pesquisa/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. Disponível em <https://transparecia.org.br/publicacoes>, acessado em 06 mar. 2023.

WARDLE, Claire; DERAKHASHAN, Hossein. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe Report, 2017.

WIKILAI. **Documentos secretos**. s/d. Disponível em: https://wikilai.fiquemsabendo.com.br/wiki/Documentos_secretos